

RUMO AO NOVO? A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ARGENTINA DURANTE O GOVERNO DE MAURICIO MACRI (2016-2019)

Towards the new? The (Re)Construction of the Argentine identity during the government of Mauricio Macri (2016-2019)

Beatriz Bandeira de Mello¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** beatriz_bmss@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7550-4639>

Recebido em: 18 abr. 2022 | Aceito em: 23 nov. 2022.

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o processo de construção da identidade argentina durante o governo de Maurício Macri, representante da coalizão política *Cambiamos*. A análise compreende o período entre 2016 e 2019 equivalente ao mandato presidencial de Macri. O artigo terá como base o conceito de identidade trabalhado pelos teóricos construtivistas Alexander Wendt e Nicholas Onuf. Para identificar os principais elementos que compõem a identidade argentina no período, analisaremos os discursos do presidente Maurício Macri e de sua vice, Gabriela Michetti, realizados durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) no período correspondente.

Palavras-chave: Argentina. Política externa. Discursos.

ABSTRACT

The objective of the article is to analyze the process of construction of the Argentine identity during the government of Maurício Macri, representative of the political coalition *Cambiamos*. The analysis comprises the period between 2016 and 2019 equivalent to Macri's presidential term. The article will be based on the concept of identity worked by the constructivist theorists Alexander Wendt and Nicholas Onuf. To identify the main elements that make up the Argentine identity in the period, we will analyze the speeches of President Maurício Macri and his vice, Gabriela Michetti, made during the United Nations General Assembly (UNGA) in the corresponding period.

Keywords: Argentina. Foreign policy. Discourses.

INTRODUÇÃO

A identidade é a dimensão central na constituição dos sujeitos individuais e coletivos (Merke, 2008). Nas Relações Internacionais, sobretudo após o fim da Guerra Fria, o conceito de identidade recobrou considerável atenção dos especialistas, tornando-se um elemento-chave de pesquisa (Busso e Pignatta, 2008). Diferentemente do realismo clássico e do liberalismo que veem a identidade como algo constituído de forma exógena, para os construtivistas as identidades são socialmente construídas, ou seja, formadas a partir da interação entre o sujeito e a estrutura (Wendt, 1992).

Na Argentina, um dos temas recorrentes nos discursos presidenciais e diplomáticos é a busca constante pela “reinserção” do país no mundo (Russell, 2004; Merke, 2008; Pignatta, 2010). Esse elemento é percebido por diferentes autores como uma tentativa de ressignificação da identidade internacional da Argentina por diferentes líderes políticos que buscam conferir-lhe

atributos próprios. Durante o mandato de Maurício Macri, representante da coligação política *Cambemos*, eleito em 2015, o discurso manteve a tônica de diferenciação.

Este artigo busca identificar, a partir dos discursos do presidente Maurício Macri e de sua vice, Gabriela Michetti, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), os principais elementos que constituíram a identidade argentina no período entre 2016 e 2019. A pergunta que guia este trabalho é: como se construiu a identidade internacional da Argentina durante o governo de Maurício Macri? Estima-se que o processo de construção da identidade do país, além de incorporar elementos dos contextos domésticos e internacional, reflete as especificidades do novo governo. Ao final, pretendemos indicar os elementos mobilizados pelo presidente para a construção dessa identidade e o modo como ela se articula com a história política e diplomática da Argentina.

A metodologia utilizada será a Análise de Conteúdo (AC) dos discursos de Maurício Macri e Gabriela Michetti na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)². Os discursos escolhidos têm periodicidade anual³ e, geralmente, sintetizam os aspectos gerais e as motivações das estratégias de inserção internacional adotadas pelo país em cada governo. O uso da análise de conteúdo tem como objetivo levantar “informações, intentos, propriedades e peculiaridades presentes nos textos” (Costa da Silva, 2017).

Partimos da premissa que “os discursos são estruturas de significação que constroem realidades sociais” formadas a partir de “oposições binárias” onde um dos elementos é privilegiado em detrimento do outro (Milliken, 1999, p.229). No caso argentino, os discursos presidenciais servem para “estabelecer uma referência a nível retórico, das reiteradas buscas de reinserção para a Argentina em distintas chaves identitárias” (Busso e Pignatta, 2008, p.142). Portanto, o uso dos pronunciamentos oficiais nos permite compreender e identificar os argumentos que moldam o processo de construção da identidade do país.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: a presente introdução, seguida pela abordagem construtivista do conceito de identidade; um breve resumo sobre os elementos históricos da construção da identidade argentina; a análise do conteúdo dos discursos oficiais do período 2016-2019 e, por fim, as conclusões.

A IDENTIDADE SOB A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

Para analisar o processo de construção da identidade argentina durante o governo de Maurício Macri recorreremos aos aportes do construtivismo desenvolvido no final da década de 1980 e início dos anos 1990, com ênfase nas contribuições de Alexander Wendt e Nicholas Onuf. De modo geral, os construtivistas estão interessados em saber como as práticas constituem sujeitos, através de uma concepção cognitiva e intersubjetiva do processo em que as identidades

² Disponíveis no site oficial da Biblioteca das Nações Unidas <<https://ask.un.org/faq/53846>>. Acesso em 16 de junho de 2021.

³ Os discursos ocorrem anualmente no mês de setembro na sede das Nações Unidas em Nova York.

e os interesses são endógenos à interação, no lugar da concepção racionalista-comportamental, característica das teorias realista e liberal, na qual são vistos como algo exógeno (Wendt, 1992).

Segundo Wendt (1992) um dos princípios fundamentais da teoria social construtivista é o de que “pessoas agem relativamente aos objetos, incluindo outros atores, com base no significado que os objetos têm para elas”. Com isso, os “atores adquirem identidades ao participarem da construção de significados coletivos” (Wendt, 1992). Portanto, as identidades são definições inerentemente sociais do ator fundamentadas nas teorias que os atores coletivamente possuem de si próprios e de outros (Wendt, 1992). Nesse cenário, as ideias e as normas têm um papel fundamental na constituição da realidade e dos agentes, como também na definição das identidades e interesses.

A contribuição de Nicholas Onuf repousa sobre o papel das normas e da linguagem para a constituição de significados e práticas. Para Onuf (2003), “a linguagem é importante de várias maneiras”, pois ela “representa o mundo em nossas mentes”, através de um conjunto de “signos sensíveis” ou “significantes”. Esses “significantes” são constituídos a partir de operações cognitivas que envolvem avaliações positivas e negativas sobre objetos (Onuf, 2003). Para que “qualquer substância tenha uma identidade”, o sujeito deve ter uma ideia clara, ou conceito, sobre o que ele é, ou seja, deve perceber as condições regulares da sua existência (Onuf, 2003).

A virada linguística do construtivismo é centrada na dualidade entre o “Eu” e o “Outro”. Nessa vertente, a construção do significado ocorre a partir da diferenciação existente entre o “Eu”, autor da fala, e o “Outro”, explícito ou implícito, a quem se dirige essa fala. Para Onuf, o “Eu” é a resposta do organismo às atitudes dos “Outros”. Portanto, a partir da interação, primeiro entre os sujeitos e depois destes com os objetos, a identidade se constitui. Assim, “tanto as identidades quanto os interesses são construídos pela estrutura ideacional através dos processos de interação”; onde a interação é entendida em um sentido amplo, uma vez que ela abrange “não apenas a tentativa de obter o que é desejado, mas também a sustentação e a reprodução das concepções do “Eu” e do “Outro” que geram aqueles desejos” (Onuf, 2003).

Um aspecto fundamental na construção da identidade, para Onuf, é a memória. A memória é inextricável da construção de um passado coerente e a projeção de um futuro plausível, sendo esses, atos caracteristicamente sociais, uma vez que o Self (Eu) passa a perceber que sua relação com os outros é contínua ao longo do tempo (Onuf, 2003). Nas relações entre Estados na sociedade internacional:

“as identidades políticas vêm a ser o discurso de um “EU” coletivo e, portanto, o resultado de um discurso hegemônico que dá sentido ao Estado em questão. Esse discurso constrói um passado, uma visão de mundo e um lugar do estado nessa representação. Nessa narrativa, a construção do “Outro”, não necessariamente representa um inimigo, um outro Estado ou ator internacional, ele pode representar uma categoria temporal e axiológica” (Merke, 2008, p.48)

Assim, seguindo a perspectiva construtivista, a identidade internacional de um Estado é definida a partir da sua interação com outros Estados na comunidade internacional e se forma “conforme o sujeito participa da construção de sentidos coletivos” (Wendt, 1992; Merke, 2008). À luz desse pensamento, “o Estado é visto como um ator racional e unitário de caráter antropomórfico, cujas decisões centrais em política externa são o produto da distribuição de conhecimentos e ideias” (Merke, 2008). Portanto, as “identidades e interesses dos Estados são condicionados pelas formações discursivas, pela distribuição das ideias no sistema, mas também pelas forças materiais” (Wendt, 1999).

Neste trabalho assumimos três premissas estabelecidas pelo debate construtivista no que diz respeito ao processo de constituição de identidades: (i) o fator da interação recíproca, ou seja, de que as identidades são constituídas através da interação social contínua entre diferentes atores; (ii) a dualidade entre o “Eu” e o “Outro”, para a construção de significados coletivos; (iii) a linguagem e o discurso como aspectos centrais na construção de significados e na definição das práticas dos agentes. Esses elementos são importantes para analisarmos o processo de constituição da identidade internacional da Argentina ao longo da história, como veremos a seguir.

ELEMENTOS HISTÓRICOS DA IDENTIDADE ARGENTINA

De acordo com o marco conceitual desenvolvido por Merke (2008) quatro tradições perpassam a construção da identidade internacional da Argentina em diferentes momentos históricos. São elas: a liberal, a nacionalista, a desenvolvimentista e a normativa. A *tradição liberal* é fundamentada, principalmente, nas contribuições dos presidentes Bartolomé Mitre (1861-1868) e Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e do diplomata e economista Juan Bautista Alberdi. Consiste na defesa da imigração, principalmente europeia⁴, e no incentivo ao livre-comércio, com ênfase em um modelo econômico agroexportador.

Essa vertente inspirou uma série de políticas migratórias subsidiadas pelo Estado⁵ durante a administração de Miguel Juárez Celman (1886-1890). Nesse período, a Argentina buscou consolidar uma identidade “distinta e peculiar” do restante da América Latina, considerada “economicamente atrasada” devido à presença de negros e indígenas como fator de desestabilização (Santos, 2018, p.5). Para os liberais, a única identidade possível era aquela que incorporasse “as ideias, o dinheiro e a gente da Europa” (Merke, 2008). A defesa do livre-mercado, por sua vez, não constituiu somente o modo de inserção internacional do país no período pós-1880, mas em outros momentos da história argentina, como na presidência de José María Guido (1962-1963) (Paradiso, 2007).

⁴ Para Alberdi, por exemplo, a Argentina “deveria se inspirar na civilização europeia”, já na visão de Sarmiento “a mestiçagem era (...) causa da debilidade histórica da América Latina” e, portanto, “a reprodução do modelo europeu” deveria ser a base do projeto de modernização nacional (Santos, 2018).

⁵ Algumas políticas implementadas neste período foram: a transferência do Departamento Geral de Imigração, antes pertencente ao Ministério do Interior, à órbita do Ministério de Relações Exteriores; a criação de uma Comissão Central de Imigração e, principalmente, a distribuição de passagens subsidiadas pelo Estado argentino – aproximadamente, 133 mil (Fernández, 2018).

A *tradição nacionalista*, segundo Merke (2008), respondeu à tradição liberal que recebeu bastante atenção durante o final do século XIX e início do século XX tendo como alguns de seus expoentes o presidente Agustín P. Justo (1932-1938), o escritor Leopoldo Lugones e os irmãos Rodolfo e Julio Irazusta. A vertente nacionalista se caracteriza, principalmente, pelo rechaço ao cosmopolitismo e abertura para ideias externas e imigração europeia e pela oposição à crescente influência dos Estados Unidos na região, após o declínio da hegemonia inglesa (Merke, 2008). Seus outros pontos centrais são: o territorialismo, ou seja, a ideia de que o território é parte integrante da identidade nacional; o unanismo, que enfatiza a construção da unidade nacional e; o decadentismo que busca resgatar um passado glorioso (Merke, 2008). Essa corrente trabalhou, inicialmente, com a oposição entre uma “Argentina autêntica”, centrada na cultura do “mestiço, do interior, do *criollo*” e uma “Argentina inautêntica”, que apreciava as inspirações europeias típicas do liberalismo (Paradiso, 2007; Merke, 2008).

A *tradição desenvolvimentista* foi influenciada, sobretudo, pelos debates promovidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a partir da década de 1950, e agregou contribuições de pensadores e teóricos latino-americanos inspirados por ideias keynesianas, tendo como um de seus adeptos o presidente Arturo Frondizi (1958-1962) (Paradiso, 2007). A tradição sustenta que “os países não desenvolvidos devem ter Estados ativos com políticas econômicas que impulsionem a industrialização para alcançar uma situação de desenvolvimento autônomo” (Paradiso, 2007, p.20; Merke, 2008). Dentro dessa perspectiva, a identidade internacional do país é definida em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, na qual a Argentina é vista como um país de economia agrícola e subdesenvolvido que ocupa um lugar periférico na divisão mundial do trabalho (Merke, 2008).

A última tradição é a *normativa*. Nela, a identidade internacional da Argentina é definida pelo respeito às normas internacionais. O país se apresenta como defensor da igualdade jurídica dos Estados, que não só cumpre as normas como pressiona para que outros Estados também as cumpram (Merke, 2008). Os elementos que a compõem são: a defesa da igualdade jurídica dos Estados, a neutralidade, a defesa da paz e da segurança internacional e do princípio de não-intervenção. Em termos gerais, essa vertente identitária assume um caráter instrumental, sendo compartilhada por distintas correntes ideológicas. Durante o governo neoliberal de Carlos Menem (1989-1999), a aceitação das normas internacionais no pós-Guerra Fria integrou a estratégia de alinhamento automático aos Estados Unidos, com participação argentina na Guerra do Golfo (1990), por exemplo; ao longo dos governos Kirchner, o apelo às normas embasou o discurso reformista direcionado à Organização das Nações Unidas (ONU) e aos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), sobretudo após a crise de 2008 (Bandeira de Mello, 2020).

O *Quadro 1* sintetiza as contribuições do marco construtivista associadas com as tradições apresentadas por Merke (2008). Isso nos permite observar os principais elementos da identidade internacional da Argentina ao longo da história.

Quadro 1. Construtivismo x Identidade da Argentina

	Tradição liberal	Tradição nacionalista	Tradição desenvolvimentista	Tradição Normativa
Visão do “Eu”	Fundamentada em linhas europeias e modernizantes. Ênfase no papel da imigração, na imagem de um país cosmopolita, incluyente e aberto ao comércio (com foco no modelo agroexportador). Pouca importância à dimensão territorial. Se vê como aliado estratégico da potência hegemônica.	Reforça aspectos culturais locais e é fundamentada no pertencimento ao território (<i>territorialismo</i>), na ideia de uma suposta grandeza argentina, no resgate de um passado glorioso (<i>decadentismo</i>) e na visão de uma Argentina desunida que precisa ser reconstruída (<i>unanismo</i>).	Constituída a partir da dicotomia país desenvolvido x país subdesenvolvido; Argentina como um país de economia agrícola, subdesenvolvido e periférico na divisão mundial do trabalho	País que respeita as normas internacionais; uma espécie de “membro responsável” da comunidade internacional
Visão do “Outro”	Atores que impedem modernização. Essencialmente interno (<i>caudillo</i> , indígena); “inimigo interno”; não-europeu; “não-moderno”; “bárbaro”; “atrasado”; mas pode representar outro ator (Estado ou organização internacional)	Figuras que impedem união da Argentina. Grandes potências (Estados Unidos, Grã-Bretanha), mas também inimigos internos alinhados a essas potências	Grupos e interesses internos e externos associados ao capital estrangeiro	Estados que não respeitam ou violam as normas internacionais
Elementos do Discurso	“Abertura comercial”; “livre-mercado”; “modernização”; “cosmopolitismo”; “imigração”; “moderno”	“verdadeira Argentina”; “união”; “território”; “grandeza”; “unidade”; “reinserção”; “glorioso”	“Centro”; “periferia”; “desenvolvimento”; “subdesenvolvimento”; “independência”; “autonomia”	“Igualdade jurídica dos Estados”; “soberania”; “não-intervenção”; “direito internacional”; “direitos”

Fontes: Wendt (1992), Onuf (2003) e Merke (2008). Elaboração da autora.

As tradições sintetizadas no trabalho de Merke (2008) se cruzam em diferentes governos, ou mesmo dentro de um mesmo mandato presidencial, sendo ferramentas úteis no processo de identificação das principais linhas constitutivas da identidade argentina adotadas pelo governo de Mauricio Macri (2016-2019). Em diferentes aspectos, cada tradição atravessa o processo de construção da identidade internacional argentina, sendo, portanto, um bom ponto de partida para interpretações recentes.

O GOVERNO DE MAURÍCIO MACRI E O PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ARGENTINA (2016-2019)

O processo de constituição da identidade internacional da Argentina foi atravessado por mudanças importantes e flutuações discursivas (Merke, 2008). O mais relevante, porém, é destacar que grande parte daqueles que chegam ao poder buscam “reconstruir” a identidade do país (Russell, 2004; Merke, 2008). Não foi diferente com Maurício Macri, eleito em 2015. Como representante da coalizão política *Cambiamos*, Macri seguiu a métrica e definiu sua política externa com o objetivo de estabelecer uma “nova e inteligente” inserção da Argentina no mundo (Macri, 2016). Essa percepção foi fundamentada, basicamente, na oposição que seu governo buscou estabelecer em relação aos seus antecessores diretos, Néstor e Cristina Kirchner, que segundo o presidente e sua equipe diplomática teriam agido para “isolar” a Argentina do cenário mundial (Mántaras, 2019; Busso e Barreto, 2020).

Durante os governos Kirchner, a identidade internacional da Argentina foi pautada por uma interpretação crítica da ordem internacional, pela diversificação dos vínculos internacionais, incluindo o incremento das relações com China e Rússia, e pela prioridade conferida à integração latino-americana, com ênfase em mecanismos como o Mercosul e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) (Busso e Barreto, 2020). De modo geral, entre 2003 e 2015, o governo argentino exerceu um posicionamento revisionista em órgãos multilaterais, como as Nações Unidas, além de ter incentivado um modelo econômico pautado pela “necessidade de desenvolvimento nacional” e pela busca de autonomia (Palacio, 2019; Busso e Barreto, 2020; Bandeira de Mello, 2020).

Buscando redefinir grande parte destes vínculos, a estratégia do *Cambiamos* exacerbou a necessidade de “normalizar” as relações internacionais da Argentina (D’Alesio, 2020). Baseando-se na ideia de “hiperglobalização” e buscando uma maior identificação com o “Primeiro Mundo” e o “Ocidente”, Macri direcionou esforços para a redefinição dos parceiros diplomáticos, comerciais e econômicos da Argentina. Com isso, além de re-hierarquizar os vínculos com China e Rússia, o mandatário argentino conferiu prioridade à “parceiros tradicionais” do país, como Estados Unidos e Europa, especialmente com Alemanha, Itália, Grã-Bretanha e Holanda, com destaque, ainda, para Israel (Mántaras, 2019; D’Alesio, 2020, Busso e Barreto, 2020).

Com certo otimismo, em seu primeiro discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Macri pontuou “uma época de grandes transformações globais” e destacou que a Argentina pretendia assumir certo protagonismo na “construção da ordem internacional moderna do século XXI” (Macri, 2016; 2018; 2019). A visão de um “mundo em transformação” e o desejo de alcançar uma sociedade global “mais próspera e justa” (Michetti, 2017) deram o tom dos discursos analisados. Tal posição foi corroborada, em parte, pelo apoio internacional que o novo governo recebeu. Nos seis primeiros meses do governo Macri, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, o presidente francês François Hollande e o primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi, visitaram a Argentina (Bandeira de Mello, 2018).

Para atestar essa visão de mundo, o presidente argentino buscou comprometer-se com determinados valores e agendas, dentre eles: o diálogo, a cooperação internacional, o desenvolvimento sustentável, a paz e a segurança internacional, o multilateralismo, o direito humanitário, o respeito a lei e ao direito internacional, o fortalecimento da democracia, a não-proliferação nuclear e a igualdade soberana de todos os Estados nas Nações Unidas (Macri, 2016; 2018; Michetti, 2017). No discurso argentino, atores que descumprem as normas internacionais e o regime democrático, bem como a ideia geral de “terrorismo”, ocuparam o lugar dos “Outros” que deveriam ser combatidos. Seguindo este mesmo raciocínio, o presidente argentino discursou contra a “fragmentação”, os “grupos que buscam promover o terror em qualquer lugar do planeta”, além de ter sido crítico às “tendências que geram preocupação e incerteza” (Macri, 2016) – fazendo uma menção implícita ao extremismo político e ao protecionismo econômico que se intensificaram após o BREXIT e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2017 (Palacio, 2019).

A preocupação com o terrorismo internacional e o narcotráfico se tornou uma característica marcante da gestão *Cambiamos*. Isso impactou na crescente securitização da agenda internacional do país. Os intuitos de aproximação entre o governo de Macri e o Donald Trump, pós-2017, convergiram para o incremento da cooperação no combate ao crime organizado que definiu uma série de acordos bilaterais e parcerias entre organismos dos dois países. Isso ficou evidente no estabelecimento de uma *task force* da *Drug Enforcement Administration* (DEA) na tríplice fronteira em 2018 (Busso e Barreto, 2020, p.85). Essa posição contrastou com a postura assumida pela gestão anterior que priorizou estabelecer uma prática de segurança cooperativa entre os Estados sul-americanos, através do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul, por exemplo (Busso e Barreto, 2020; Bandeira de Mello, 2020). A intensa securitização da agenda regional serviu ao propósito de incrementar o papel da Argentina como “mediador de conflitos” para a construção de uma “região estável e integrada entre si” (Macri, 2019).

Em termos comerciais e econômicos, Macri apresentou a Argentina como uma “potência produtora de alimentos” (Macri, 2016). Por essa razão, o governo *Cambiamos* foi defensor da ampliação do comércio e a melhora do perfil como receptor de investimento, além da “correção de distorções no setor agropecuário” com atuação destacada na Organização Mundial do Comércio (OMC) (Michetti, 2017). A defesa do livre-comércio como base do modelo de desenvolvimento econômico interno e da exportação agropecuária prevaleceram nos discursos oficiais. Uma diferença em relação a governos anteriores, pertencentes à direita política, no entanto, foi o uso da retórica em prol do “crescimento inclusivo” com “criação de empregos” e “igualdade de oportunidades” (Michetti, 2017). No entanto, logo que assumiu a presidência, Macri executou uma série de medidas econômicas pró-mercado como a liberalização do controle de câmbio e a redução de impostos sobre os produtos do campo (Palacio, 2019; Busso e Barreto, 2020).

O desejo de “unir os argentinos” também esteve presente no discurso argentino (Macri, 2016). Considerando que a gestão *Cambiamos* ascende em um momento de declínio de governos progressistas na região e de polarização política interna, a busca “por consensos e pelo diálogo”, com base em “responsabilidades compartilhadas” projetada sobre um ideal de “sociedades pacíficas, equitativas e sustentáveis” (Macri, 2018) não diz respeito apenas ao contexto internacional e regional, mas também ao doméstico. Frente ao cenário de incremento de nacionalismos e tendências protecionistas, o presidente argentino tentou manter certo otimismo em relação à atuação das instituições multilaterais, principalmente as Nações Unidas. No entanto, os esforços presidenciais foram em vão, uma vez que tanto interna, quanto externamente, as condições foram se tornando cada vez mais desfavoráveis à atuação internacional do país. Isso pode ser comprovado pelo acirramento da crise econômica que levou Macri ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em maio de 2018 (Busso e Barreto, 2020).

O discurso a favor da cooperação e do diálogo encontrou eco nas tratativas bilaterais entre Argentina e Reino Unido na disputa pelas Ilhas Malvinas. Longe de associar o tema a uma dimensão territorial, tal como previa a vertente nacionalista, o governo Macri assumiu uma visão precisamente globalista e Ocidental, privilegiando as dimensões econômicas e comerciais dos acordos. Segundo Mántaras (2019), a partir de dezembro de 2015, Macri deixou de problematizar a disputa de soberania em torno da questão. Esse afastamento gerou uma redução da intensidade do tema na agenda internacional da Argentina (Mántaras, 2019). A Reunião do Subcomitê Científico da Comissão de Pesca do Atlântico Sul, que não ocorria desde 2004, a eliminação de medidas restritivas para exploração de petróleo, gás e pesca no arquipélago e o apoio do Reino Unido para a entrada da Argentina na OCDE, mostram a mudança no tratamento do tema (Mántaras, 2019). O “novo clima” da relação entre Argentina e Reino Unido, nas palavras de Michetti (2017), pode ser interpretado como um contraponto as posturas assumidas em anos anteriores, principalmente durante os governos Kirchner, pautadas pela via do confronto.

Na América do Sul, Macri buscou estreitar laços com países cuja proposta de inserção internacional fosse similar à de seu governo como, por exemplo, os governos Michel Temer e, posteriormente Jair Bolsonaro, no Brasil, além do Chile, como também promover a integração regional com ênfase nas chaves comercial e econômica (Bezus *et al*, 2019; Busso e Barreto, 2020; D’Alesio, 2020). Nesse aspecto, a identidade argentina assumiu uma imagem mais alinhada com os países e com a proposta de integração liderada pela Aliança do Pacífico em contraposição ao Mercosul, Unasul e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Somente em 2018 o presidente apresentou a Argentina como um país do Sul (Macri, 2018). A visão distante da região foi preenchida por relações estritamente comerciais-econômicas manifestadas pela posição favorável ao “diálogo e cooperação entre os países do Mercosul e da Aliança do Pacífico” (Macri, 2018) e ao estabelecimento do acordo Mercosul-União Europeia.

Ainda na região, a Venezuela foi o país que diretamente antagonizou com a visão de mundo e os princípios defendidos pelo *Cambiamos*. Não por acaso, Macri reforçou a “liderança argentina” e sua contribuição para a “normalização” da situação política na Venezuela, acusada

de romper a ordem democrática e violar sistematicamente os direitos humanos e as liberdades fundamentais (Macri, 2017; 2018; 2019). No nível retórico, o presidente argentino defendeu uma atuação pautada pelo “uso de ferramentas diplomáticas e jurídicas”, para afastar possíveis interpretações intervencionistas (Macri, 2019) – o que sugere uma inclinação à tradição normativa da identidade internacional do país. Entretanto, a prevalência de uma tendência intervencionista foi amplamente pautada pela atuação argentina no Grupo de Lima e pelo apoio a grupos opositores à Nicolas Maduro, reunidos na Mesa de União Democrática (MUD) (Bandeira de Mello, 2018). Além disso, tanto Macri quando seus chanceleres atuaram firmemente para aplicar os termos do Protocolo de Ushuaia do Mercosul, para assim isolar a Venezuela de fóruns multilaterais (Bandeira de Mello, 2018). No mais, o governo argentino prontamente reconheceu Juan Guaidó como autoproclamado presidente da Venezuela (Busso e Barreto, 2020).

O respeito aos compromissos firmados em nível internacional e o desejo de integrar-se à comunidade internacional foram reforçados pela adesão argentina ao Acordo de Paris, em matéria climática, à Agenda 2030⁶ da Organização das Nações Unidas (ONU) e no envolvimento dos *Cascos Blancos*⁷ em operações de paz (Macri, 2016). Esses pontos também colaboram para uma interpretação normativa do discurso presidencial que foi reforçada pela tentativa de transmitir uma imagem de país “que contribui para o marco legal institucional internacional”, principalmente em matéria de direitos humanos, um “sócio confiável da comunidade internacional” e um “mediador de boa-fé da política regional e internacional”, nas palavras do presidente argentino (Macri, 2016; 2018; 2019). Em matéria de direitos humanos, no entanto, o governo retrocedeu ao “abandonar a ênfase no juízo dos responsáveis de crime de lesa humanidade cometidos durante a ditadura militar” (Vommaro, 2019).

Em linhas gerais, o governo de Maurício Macri buscou redefinir a identidade internacional da Argentina recuperando alguns dos aspectos das tradições liberal e normativa. À nível discursivo, seguindo uma tendência observada em outros momentos da história do país, Macri propôs uma “reconstrução” da identidade argentina. Essa reconstrução teve como base uma inserção integrada ao mundo orientada pela “hiperglobalização” e pelo livre-comércio. A apresentação da Argentina como “membro responsável” da comunidade internacional encontra eco em outros momentos da trajetória política do país, como nos discursos do embaixador José Arce nas Nações Unidas (1946-1949), mas em termos de conteúdo existem variações. Embora tenha mostrado comprometimento com o cumprimento das normas internacionais e tenha se

⁶ Agenda 2030 foi firmada por representantes dos 193 Estados-membros da ONU em 2015. Ela é “um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro”. Mais informações em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>

⁷ Os Cascos Blancos são um organismo do Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto da Argentina encarregado de desenhar e executar a assistência humanitária, atenção a emergências, gestão integral de riscos e desastres e contribuições para o desenvolvimento sustentável da República Argentina no nível internacional. Mais informações: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/politica-externor/cascos-blancos>.

colocado como um país defensor dos direitos humanos, a aplicação destes termos encontrou contradições na prática.

Ao apresentar-se como um país “global” e “aberto” ao mundo, o governo Macri procurou associar a identidade internacional do país a uma vertente Ocidental, alinhada com a Europa e com os Estados Unidos, e, regionalmente, a iniciativas como a Aliança do Pacífico, negligenciando o aspecto sul-americano – e, principalmente, latino-americano – de sua identidade, com o intuito de desassociar-se das estratégias assumidas pelos governos Kirchner e de colocar-se como contraponto à Venezuela na região. No mais, com o objetivo de tornar-se cada vez mais próximo do “Ocidente”, principalmente ao governo de Donald Trump, o governo de Macri introduziu questões até então pouco usuais à agenda internacional do país como o combate direto ao narcotráfico, optando por negligenciar questões vinculadas aos direitos humanos às Ilhas Malvinas.

CONCLUSÃO

A identidade é um conceito central em diversos estudos das Relações Internacionais. Sob a perspectiva construtivista, a identidade é construída pela interação recíproca entre os sujeitos e destes com a estrutura. A interação entre os atores, o conjunto de ideias compartilhadas entre eles e as percepções de si e dos demais, com base na dicotomia entre o “Eu” e o “Outro”, são os aspectos fundamentais na construção da identidade. Nesse caso, o papel da linguagem e dos discursos como produtores e reprodutores da realidade social são fundamentais para o entendimento das práticas e para a construção de significados que nos permitem entender como os Estados agem na sociedade internacional.

No caso da Argentina, vimos que o processo de constituição da identidade internacional foi atravessado por distintas tradições. A liberal, fundamentada no eurocentrismo e no incentivo ao comércio com grandes potências; a nacionalista, centrada no pertencimento ao território, na construção da unidade nacional e no resgate de um passado glorioso; a desenvolvimentista baseada nos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento e na superação da condição de país periférico e agroexportador; e a normativa, que repousa sobre o cumprimento e o respeito às normas internacionais.

Durante o governo de Maurício Macri (2016), o discurso oficial pautou-se por uma revisão das tradições constitutivas da identidade internacional da Argentina. Os elementos que fundamentaram a visão de mundo e, por conseguinte, as tentativas de construção da identidade do país ao longo do período analisado estão resumidas no *Quadro 2*.

Quadro 2 - Identidade argentina durante governo de Maurício Macri

	Governo Maurício Macri (2016-2019)
Visão do “Eu”	País integrado ao mundo, global e cosmopolita, não necessariamente latino-americano; democrático, plural, multicultural e aberto (onde diversas origens, crenças e religiões coexistem pacificamente) (Macri, 2018); “potência produtora de alimentos”; “membro responsável” e “sócio confiável” da comunidade internacional; “protagonista”;
Visão do “Outro”	Interno: implicitamente os governos anteriores, sobretudo o período Kirchner; “fragmentação interna”; Externo: “tendências divisionistas que geram preocupação e incerteza”; “forças desintegradoras”; “terrorismo”; “crime organizado”; países que violam regras internacionais e regime democrático – Venezuela
Elementos do Discurso	“mudança”; “união”; “livre-comércio”; “diálogo”; “cooperação”; “diplomacia”; “direito internacional”; “consenso”; “globalização”; “multilateralismo”; “governança global”; “paz”; “segurança internacional”; “democracia”; “liberdade”; “direitos humanos”

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Considerando os elementos observados no *quadro* anterior, podemos dizer que a tradição com maior relevância no discurso presidencial foi a liberal. As constantes menções ao caráter “democrático, plural, multicultural” e “aberto” da Argentina, bem como a opção de valorizar a dimensão comercial em sua vertente agroexportadora resgatam elementos básicos que compõem essa tradição – seguindo a estrutura apresentada por Merke (2008). Considerando o caráter marginal atribuído à América Latina, no geral, e à América do Sul, em particular, percebemos que o objetivo do governo *Cambiemos* foi mostrar uma Argentina mais integrada ao mundo (ao “Primeiro Mundo”, especificamente) e mais Ocidental, portanto, cosmopolita e “moderna”. Esse esforço coincidiu com o aumento da preferência por mecanismos de integração associados a proposta de retomada do “regionalismo aberto”, como a Aliança do Pacífico, e tentativas de flexibilização do Mercosul em vistas de torná-lo mais comercial, com o objetivo maior de retomar as negociações para um acordo com a União Europeia.

Em certos aspectos, o apelo ao direito internacional serviu ao intuito de dotar o discurso argentino de uma aparente tradição normativa. Isso reforça seu caráter instrumental e sua permanência em governos de distintas matrizes ideológicas. A constante referência ao direito internacional bem como a presunção de igualdade soberana das nações, direito humanitário, não-proliferação, criação de regulamentos e atuação em organismos multilaterais – como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas – reforçam a concepção de “membro responsável da comunidade internacional”. Esse discurso, na verdade, evidencia as normas que o governo estaria disposto a cumprir para ser aceito nesta comunidade, o Primeiro Mundo. Na prática, no entanto, o governo de Maurício Macri atuou para isolar a Venezuela da região, alinhando-se a membros da oposição, além de ter enviado munições à Bolívia durante as manifestações que antecederam o golpe de Estado que ocorreu em 2019⁸.

⁸“Bolívia denuncia que Macri participou de golpe; Argentina pede desculpas”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/bolivia-denuncia-que-macri-participou-de-golpe-argentina-pede-desculpas> Acesso em 28 de setembro de 2020.

Por fim, o “Outro” do discurso argentino se constituiu em duas dimensões: uma interna, nas menções implícitas aos governos anteriores e as “tendências de fragmentação”; e, externa, direcionada aos países que descumprem normas internacionais e os princípios democráticos. Neste ponto, a Venezuela foi o país que antagonizou com os valores e visão de mundo defendidos pelo presidente argentino – sendo, portanto, um “mal” a ser combatido na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bandeira de Mello, B (2020). *Discursos, presidentes e política externa: a agenda internacional de Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003-2015)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Busso, A.; Pignatta, M. E. (2008). ‘Fuerzas Profundas, Identidad y Política Exterior’. In: BUSO, A [et.al]. *Fuerzas Profundas y Identidad. Reflexiones em torno a su impacto sobre la Política Exterior. Un recorrido de casos*. UNR.

Costa da Silva, D. (2017). ‘A Análise de Conteúdo como Método Analítico no campo da Política Externa’. *9º Congresso Latino-Americano De Ciência Política*, Alacip, Julho.

D’Alesio. L. M. (2020). ‘La “nueva derecha” y su política exterior. Los primeros três años de gestión del Gobierno de Mauricio Macri’. *Perspectivas - Revista de Ciencias Sociales*, a.4, n.8, jul-dic, p.194-223.

Fernández, A (2018). ‘La inmigración subsidiada en la Argentina y la crisis económica de 1890’. *História Unisinos*, 22(2), mayo, p. 157-169.

Keohane, R. (2002). ‘Las ideas, tan solo una parte de la explicación’. *Revista Desafios*, n.6, UNR.

Merke, F. (2008). *Identidad y Política Exterior en la Argentina y Brasil*. Flacso

Milliken, J. (1999). ‘The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods’. *European Journal of International Relations*, V.5, Jun.

Onuf, N. (2003). ‘Parsing Personal Identity: Self, Other, Agent’. In: DEBRIX, F. (Org.) *Language, Agency and Politics in a Constructed World*. Nova York: M.E. Sharpe

Paradiso, J. (2007). ‘Ideias, ideologias e política exterior na Argentina’. *Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, n.5, jan/mar.

Pignatta, M. E. (2010). ‘Identidad y Política Exterior. Explorando el caso argentino’. In: BUSO, A. [et.al] *Fuerzas Profundas Y Identidad. Reflexiones em torno a su impacto sobre la Política Exterior*. Un recorrido de casos. Unr, V.2.

Russell, R. (2004). ‘Política Exterior y veinte años de Democracia: un primer balance’. In: NOVARO, M.; PALERMO, V. *La Historia reciente. Argentina en Democracia*. Edhasa.

Santos, R. M. R. (2018). 'O pensamento de Domingo Sarmiento na formação da nação argentina'. *Boletim Historiar*, 5(4).

Wendt, A. (1992). 'Anarchy is what states make it off: the social construction of power politics'. *International Organization*, 46(2) P.391-425.

Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. New York, Cambridge University Press, P.92.135.

Discursos

Macri, M. (2016). 'Discurso del Presidente de la Nación Mauricio Macri em la 71º Asamblea General de las Naciones Unidas'. Nueva York, 20 de septiembre.

Macri, M. (2018). 'El presidente Macri expuso ante la 73º Asamblea General de Las Naciones Unidas'. Nova York, 26 de septiembre.

Macri, M. (2019). 'Mensaje del presidente Mauricio Macri em la 74º Sesión de la Asamblea General de la ONU'. Nova York, 25 de septiembre.

Michetti, G. (2017). 'Discurso de la vicepresidente de la Nación em la 72ª Asamblea General de Las Naciones Unidas'. Nova York, 20 de septiembre.